

DECRETO Nº 0307004/2017

**DELEGA PODERES PARA
ORDENADOR DE DESPESAS DA
PROCURADORIA GERAL DO
MUNICÍPIO E ADOTA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TAUÁ, ESTADO DO
CEARÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E LEI Nº
1103/2001, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2001,**

CONSIDERANDO a necessidade de descentralizar os atos administrativos da gestão financeira e patrimonial com a finalidade de por as decisões administrativas mais próximas dos fatos e da solução das necessidades das pessoas;

CONSIDERANDO que a descentralização das decisões administrativas é um princípio de caráter obrigatório previsto em legislação, com a finalidade de tornar as decisões administrativas mais célebres na solução dos problemas ligados ao interesse público ou da coletividade;

CONSIDERANDO, a determinação de que se contém o parágrafo 2º do artigo 41 da Carta Constitucional do Estado do Ceará;

DECRETA:

**Art. 1º - DELEGA à Sr.^{ta} FRANCISCA GIOVANNA DELLA
VECHIA CORDEIRO, CPF/MF nº029.487.983-88, poderes para, a partir**

da data deste decreto, exercer as funções de ordenador(a) de despesas, no âmbito do **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO** desempenhando todos os atos, dos quais resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndios de recursos do município, e os demais atos necessários à fiel execução dos atos objetos da delegação, incluindo-se, os poderes para celebrar contratos, convênios, ajustes, acordos e outros instrumentos congêneres, pelos quais a mesma responda, observadas as exigências legais, ficando o mesmo obrigado a apresentação da prestação de contas de gestão de sua responsabilidade, perante o Tribunal de Contas dos Municípios, na forma da legislação pertinente e, igualmente, sujeito a tomada de contas realizadas pelas auditorias de controle interno ou por aquelas realizadas pelo controle externo, quando ajuizadas necessárias, pelos órgãos competentes.

Art. 2º - Todos os atos administrativos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelo ordenador de despesa, em cumprimento a delegação de poderes, objeto deste decreto, deverão ser realizados por força de documento que comprove, devidamente, a operação transacionada e registrada na contabilidade mediante a classificação na conta adequada.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Tauá-Ce, 03 dias do mês julho do ano de 2017.

Carlos Windson C. Mota

CARLOS WINDSON CAVALCANTE MOTA

Prefeito Municipal de Tauá